



neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade | Instituto de Ciências Sociais | U.M. | Guimarães | 23 | Janeiro de 2002

editorial

Antero Ferreira

EDITORIAL

SER DIGITAL

♦ Antero Ferreira

FALANDO DE

DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

♦ Maria Norberta Amorim

FALANDO DE

PATRIMÓNIO...

♦ Alberto Correia

INVESTIGADOR APRESENTA-SE:

Inês Martins de Faria

♦ Elisabete Pinto

APONTAMENTOS

DE INVESTIGAÇÃO:

As visitas pastorais numa paróquia minhota

♦ Inês Martins de Faria

NOTÍCIAS:

• Margarida Durães recebe "Prémio Alberto Sampaio"

• Novas publicações

♦ *Bibliografia. Demografia Histórica. História das Populações. Portugal*, coordenada por Otilia Lage

♦ *A antiga freguesia do Eixo e Oliveirinha*, de Francisco Messias Trindade Ferreira

♦ *Palaçoulo (1656-1910)*, de Fábila Maria Raposo

SER DIGITAL

A relação entre os investigadores do NEPS e a informática tem sido uma constante ao longo do nosso percurso. A própria matéria-prima da maior parte dos nossos trabalhos – os registos paroquiais – conduz-nos à criação de gigantescas bases de dados que só podem ser manuseadas com o auxílio de ferramentas informáticas, das quais também dependemos para o seu tratamento estatístico.

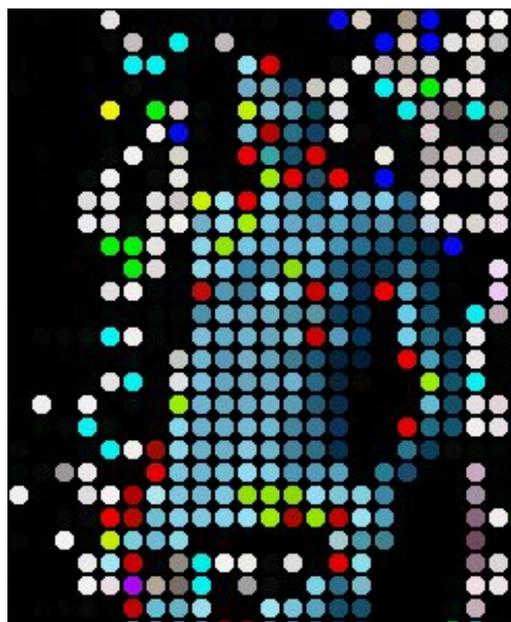
Nos últimos tempos temos dado passos importantes nesta nossa relação com a informática. Dispomos actualmente de um sistema de aquisição de dados demográficos que nos facilita bastante a tarefa de reconstituição de paróquias, bem como o cruzamento informático de vários tipos de fontes com as bases de dados

paroquiais. A construção automática de genealogias e a sua divulgação junto da comunidade através da Internet é também já uma realidade. Esta divulgação, aliás, está-se a tornar uma mais valia do nosso grupo junto das comunidades que estudamos.

O passo seguinte é o desenvolvimento de um processo de cruzamento da informação das várias bases de dados paroquiais. Já foi efectuada alguma investigação nesse sentido – resumida numa comunicação ao Congresso

da ADEH em Castelo Branco – mas está na hora de ensaiar este processo com dados reais. Talvez fosse interessante ensaiar estes avanços na cidade de Guimarães...

A apresentação destes nossos progressos recorda-me um livro



SER DIGITAL

de Nicholas Negroponte, o famoso “guru” da sociedade da informação. Nessa obra, “Ser Digital”, ele afirma que a informação vai progressivamente deixar de circular em *átomos* (livros, jornais, revistas) para passar a circular em *bits*, que ele descrevia deste modo: “Um bit não tem cor, tamanho nem peso e pode viajar à velocidade da luz. É o mais pequeno elemento atómico do ADN da informação”¹.

Por analogia, consideramos que estamos a efectuar, de acordo com a expressão de Negroponte, a nossa passagem dos átomos para os bits. Até há pouco tempo todas as nossas reconstituições de paróquias assentavam nas fichas de cartolina perfuradas, os átomos. Hoje, com mais confiança nas novas tecnologias, embora recordando com alguma saudade aqueles tempos, dispensamos os átomos e confiamos nos bits. De

facto é actualmente perfeitamente plausível efectuar a reconstituição de uma paróquia directamente no computador, até porque o acesso às fontes microfilmadas é muito mais acessível.

A nossa proposta de processo de *digitalização* de dados identifica-se com o processo de reconstituição de paróquias, na medida em que na introdução de qualquer indivíduo na base de dados é possível associá-lo imediatamente a uma família. Deste modo mantém-se um fio condutor entre o que era a prática do investigador e este novo sistema informático.

Neste processo de digitalização – no sentido em que a informação que até aqui estava contida em átomos, vai passar a ter a forma de bits – não faz sentido desperdiçar nenhuma informação contida na fonte. Se anteriormente, por economia de

recursos, não se procedia ao levantamento completo dos registos, limitando-se o investigador às informações necessárias para os seus estudos, hoje essa limitação não tem sentido. É fundamental que toda a informação das fontes, principalmente todas as referências a indivíduos sejam imediatamente digitalizadas. No final do processo de digitalização o investigador tem de ter tanta confiança no registo digital como no tradicional. Só assim ele poderá retirar as vantagens desta transposição de estado – a enorme facilidade de organização, de pesquisa e de transmissão da informação. •

¹ NEGROPONTE, Nicholas – Ser Digital, Editorial Caminho, Lisboa, 1996, pág. 21

Eleito novo Conselho Directivo da ADEH

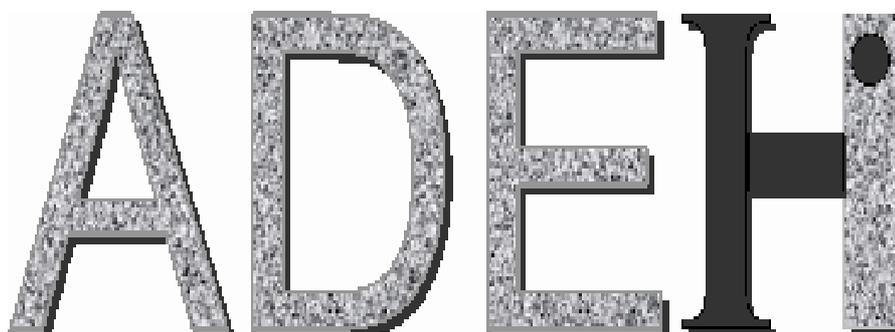
No passado dia 28 de Janeiro tiveram lugar as eleições para o Conselho Directivo da Associação de Demografia Histórica (ADEH), para o triénio 2002/2005. AO escrutínio dos sócios apresentou-se uma única lista, composta por David Reher, Alberto San, Llorenç Ferrer, Abel Losada, Maria João

Guardado Moreira, António Amaro das Neves, Julio Perez, Santiago Piquero e Joaquin Recao.

A ADEH é uma associação de carácter científico, integrando investigadores de Espanha e Portugal, destinada a promover o estudo e o conhecimento das populações do presente e do

passado a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Dentro das suas actividades, a ADEH publica, desde 1983, uma revista científica semestral chamada *Boletín ADEH* onde têm surgido diferentes trabalhos de investigação sobre a população em contextos históricos e actuais.

Ao mesmo tempo, encarrega-se de promover o intercâmbio de ideias e informação entre os seus sócios, colaborando com outras associações e organizando Congressos Internacionais sobre diferentes temas demográficos. Publica também um boletim informativo com o título *Noticias ADEH*.



Nos finais do mês de Janeiro de 2002 o movimento natural da população da freguesia das Ribeiras da ilha açoriana do Pico resumia-se nesse mês a um óbito de um indivíduo nascido fora. Não casou ninguém. Não nasceu ninguém.

Se recuarmos cem anos, a Janeiro de 1902, verificamos que se realizaram então na freguesia dois casamentos, que nasceram seis indivíduos e que faleceram três. Diferenças que reflectem não só o abaixamento do nível populacional (de 2263 habitantes em 1900, decresce para 1045 no último recenseamento), mas também a alteração de regime demográfico (uma mais elevada esperança de vida para os poucos que nascem).

As metodologias da Demografia Histórica permitem-nos a inserção em cadeias genealógicas plurisseculares dos indivíduos que faleceram nesse Janeiro de 2002 na freguesia das Ribeiras e o acompanhamento dos seus breves ou alongados percursos de vida.

Se uma criança que nasce é uma esperança de futuro, se um casal que se une abre perspectivas de renovação de gerações, a morte fecha ciclos de vida, plenos de experiências ou tão só balbuciantes. A diversidade na morte é a regra. Diversidade no que respeita a sexos, a idades, a origens geográficas, a condições económicas, sociais, ou culturais ou a situações familiares. Daí o grande interesse que pode revestir para o analista social o estudo de uma amostra de indivíduos que completaram o seu ciclo de vida num tempo determinado numa comunidade determinada. Amostra, de partida, aleatória, se

apoiada em adequado volume de dados.

Aqui, dando conta apenas dessa diversidade da morte, debruçar-nos-emos sobre os três casos de indivíduos que faleceram há exactamente um século na freguesia das Ribeiras do Pico, enquadrando-os nas respectivas genealogias ascendentes.

1.º CASO

O primeiro indivíduo a falecer em Janeiro de 1902, no dia 5, foi uma criança no primeiro mês de vida, Maria, nascida em 14 de Dezembro de 1901.



Maria era a terceira filha por ordem de nascimento de Francisco de Macedo Pereira, ferreiro, e de Luísa Amélia Macedo.

Casados em 3 de Setembro de 1896, quando Francisco de Macedo Pereira contava 21 anos de idade e Luísa Amélia 18, nasceram-lhes um primeiro filho, Manuel, em 3 de Abril de 1898, falecido logo no dia seguinte. Um segundo filho, com o mesmo nome de Manuel, nasceu em 9 de Dezembro do mesmo ano de 1898 (premature, supõe-se) e faleceu no mesmo dia. Embora o intervalo entre Manuel, segundo de nome, e Maria, tenha sido de três

anos (teria havido entretanto uma gravidez, ou mais, sem sucesso?), esta também não sobreviveu.

Uma criança de nome José viria a nascer em 15 de Outubro de 1902, falecendo no dia seguinte. Luísa, nascida em 18 de Julho de 1903, faleceu com nove dias de idade. Dois outros filhos, Maria e Manuel, nascidos respectivamente, em 15 de Agosto de 1904 e 22 de Outubro de 1907, foram os únicos filhos do casal sobreviventes à infância. Essa filha viria a falecer aos 91 anos na cidade da Horta. O irmão faleceu em S. Roque do Pico antes de completar os 62 anos, um e outro tendo acesso ao casamento.

Falecida Luísa Amélia em 25 de Julho de 1915, quando contava 37 anos de idade, o seu viúvo, referido então como proprietário, voltou a casar em 15 de Maio do ano seguinte com Arminda Alvernaz, de 31 anos, que não lhe deu filhos. Francisco Pereira de Macedo faleceu viúvo em 25 de Maio de 1953.

Não se pense que as dificuldades de sobrevivência à infância fossem correntes no período. Trata-se de um caso particular que pode dever-se a problemas de saúde da mãe. Reparemos que Luísa Amélia morreu em período fecundo, antes de completar 40 anos. De facto, grande número de casais acompanhava já então, nesta freguesia como nas outras freguesias da ilha, o crescimento de todos os seus filhos. Nas Ribeiras, a mortalidade dos menores de um ano colocou-se na primeira década do século XX nos 83 óbitos por cada mil crianças nascidas, percentagem favorável para a época (as médias nacionais para o período rondavam os 150 por mil).

Condicionados pelo facto dos registos paroquiais das Ribeiras serem relativamente tardios (os baptizados só começam em 1697, os casamentos em 1681 e os óbitos em 1738) e de se verificar uma lacuna importante no registo de casamentos (entre 1719 e 1764) só podemos recuar, por alguns ramos, a sétimos avós de Maria, com acompanhamento deficiente das respectivas datas vitais nas gerações mais antigas.

1ª Geração - SUJEITO

1- Maria (14-12-1901 a 5-1-1902)

2ª Geração - PAIS

(1) - 2- Francisco de Macedo Pereira (10-11-1874 a 25-5-1953)
3- Luísa Amélia de Macedo (29-5-1978 a 25-7-1915)

3ª Geração - AVÓS

(2) - 4- José Macedo Pereira (origem desconhecida - + 5-6-1905)
5- Umbelina Rosa (9-5-1828 a 6-8-1908)
(3) - 6- José Cardoso Serpa Jr. (nascido nas Lajes - +25-1-1926)
7- Maria Luísa Silveira (18-12-1851 a 22-5-1896)

4ª Geração - BISAVÓS

(5) - 10 - Manuel Jorge da Silveira (13-2-1784 a 4-10-1866).
11- Vitorina Rosa (26-4-1787 a 30-3-1873)
(7) - 14- José Silveira Jorge (18-10-1824 a 8-5-1913)
15- Maria Luísa do Coração de Jesus (30-1-1820 a 2-3-1903)

5ª Geração - TRISAVÓS

(10) - 20- António Jorge (de fora - + antes de 12-4-1807))
21- Rosa Jacinta (11-7-1764 a 15-1-1841)
(11) - 22- Francisco Xavier de Simas (13-12-1765 a 21-4-1827)
23- Umbelina Rosa (natural de St. Amaro - + 8-3-1834)
(14) - 28- Manuel Silveira Jorge (10-5-1785 a 27-12-1843)
29- Isabel Josefa (3-12-1790 a 19-1-1865)
(15) - 30- Capitão José Joaquim Madruga (natural das Lajes - + 28-2-1859)
31- Rosalina Tomásia (19-5-1783 a 3-9-1866)

6ª Geração - TETRAVÓS

(21) - 42- José Nunes Cardoso (+ 15-4-1797)
43- Leonarda de Cristo Micaela (+ 25-12-1796)
(22) - 44- Manuel Silveira Cardoso Goulart (+ 20-9-1771)
45- Teresa de Jesus (+ 17-11-1783)
(28) - 56- Domingos Homem Jorge (15-4-1728 a 22-12-1807)
57- Bárbara da Conceição (11-5-1758 - + depois de 22-12-1807)
(29) - 58- Manuel Cardoso Machado (16-6-1756 a 15-4-1834)
59- Maria Josefa (+ depois de 28-7-1796)
(31) - 62- Tomás Pereira da Silveira (+ 23-11-1821)
63- Catarina Maria Tomásia (natural das Lajes - + 31-3-1809)

7ª Geração QUINTOS AVÓS

(56) - 112- Sargento Mateus Jorge da Silveira (+ 21-3-1750)
113- Maria das Candeias (+ 23-12-1764)
(57) - 114- Francisco José da Silveira (+ 27-3-1788)
115- Maria Silveira (depois de 27-3-1788)
(58) - 116- Sargento Bartolomeu Cardoso (+ 16-10-1756)
117- Isabel Silveira (+ depois de 16-10-1756)
(59) - 118- Alferes Tomé Silveira Macedo (+ 4-11-1758)
119- Isabel Josefa (+ depois de 4-11-1758)
(62) - 124- Tomás Pereira (+ depois de 24-12-1773)
125- Rosa Francisca (+ depois de 24-12-1773)

8ª Geração - SEXTOS AVÓS

(112) - 224- Mateus Jorge (+ antes de 21-10-1714)
225- Isabel João (+ antes de 21-10-1714)
(113)- 226- Domingos Homem Ramalho (+ depois de 21-10-1714)
227 - Águeda Silveira (+ depois de 21-10-1714)
(124) - 248- Alferes Mateus de Sousa (+ 18-3-1737)
249- Isabel Garcia Vieira (natural das Lajes - + 13-8-1744)
(125) - 250- Tomé Gregório Ramalho (+ 29-4-1739)
251- Maria Pereira Ferreira (+ 14-9-1739)

9ª Geração - SÉTIMOS AVÓS

(250) - 500- João Vieira Goulart (+ antes de 4-2-1713)
501- Luzia Quaresma (+ antes de 4-2-1713)

(251) - 502- Pascoal Dias (+ depois de 4-2-1713)
503- Maria Ferreira (+ depois de 4-2-1713)

Através da genealogia de Maria verificamos que os casamentos com indivíduos de outras freguesias da ilha não eram invulgares na família. Os avós do sexo masculino eram ambos de fora, o que reduz a quatro indivíduos o número de bisavós identificados. Dos oito trisavós conhecidos, três eram de fora, o que limita a observação dos tetravós a dez indivíduos. Nas gerações mais antigas as dificuldades de identificação avolumam-se e apenas conhecemos o nome de quatro sétimos avós.

Se acompanhássemos pelo volume de sufrágios e postos nas milícias os ascendentes de Maria, verificaríamos que se tratava de uma família económica e socialmente bem posicionada, situação a que não seriam alheias ligações matrimoniais estratégicas.

2.º CASO

No dia 9 de Janeiro de 1902 faleceu na freguesia das Ribeiras José Silveira Soares, marítimo, de 72 anos de idade, casado, do lugar de Santa Cruz. Nascido em 4 de Outubro de 1829, era o quarto dos oito filhos (todos sobreviventes à infância), de António Silveira Soares e Maria Leal, do mesmo lugar de Santa Cruz.

Casara em 23 de Outubro de 1851, quando contava 22 anos, com Joana Inácia do Espírito Santo, de 23 anos, filha de Manuel Rodrigues Soares, também marítimo, já então falecido, e de sua mulher Maria do Espírito Santo.

Do casamento de José Silveira Soares e de Joana Inácia nasceram sete filhos, mas a morte levou quatro em tenra idade. A

filha mais velha, Maria, nasceu em 12 de Fevereiro de 1853 e faleceu com menos de 15 dias de vida. O segundo filho, Manuel, nasceu em 26 de Fevereiro de 1855 e faleceu com dois meses e meio. De José, nascido em 9 de Novembro de 1856, não sabemos o destino. Maria, nascida em 5 de Junho de 1861, foi mãe solteira aos 22 anos, falecendo aos 60 anos na freguesia sem ter chegado a casar. Manuel, nascido em 27 de Fevereiro de 1865, que se chamaria Manuel Homem da Silveira Soares, também marítimo, casou a abeirar os 39 anos com uma mulher viúva de 28 anos (embora tivessem registado três filhos, dois morreram na infância e um terceiro, o mais velho, ausentou-se, sem descendência na freguesia). Emília, nascida em 28 de Setembro de 1867 faleceu com 10 meses de idade. António, o último filho a ser registado, nasceu em 18 de Setembro de 1869 e faleceu antes de atingir os quatro anos.

Sem sucesso reprodutivo comprovado na freguesia (não identificamos ao casamento nenhum neto), vejamos a ascendência de José Silveira Soares:

1ª Geração - SUJEITO

1- José Silveira Soares (4-10-1829 a 9-1-1902)

2ª Geração - PAIS

(1) - 2- António Silveira Soares (22-10-1796 a 7-4-1876)
3- Maria Isabel (26-12-1801 a 4-2-1889)

3ª Geração - AVÓS

(2) - 4- Manuel Silveira Lourenço, marítimo (23-8-1752; + depois de 1838)
5- Isabel Silveira (13-2-1760 a 12-9-1843)
(3) - 6- Manuel Silveira Soares (+ 14-4-1821)
7- Ana Joaquina (natural da Ilha de S. Jorge - + 19-1-1824)

4ª Geração - BISAVÓS

(4) - 8- Lourenço Silveira, marítimo (+2-3-1790)
9- Ana Vieira (+ depois de 1-5-1756)
(5) - 10- Pedro Silveira (+ 16-2-1779)
11- Ana Maria Micaela (+ 20-11-1788)
(7) - 14- Mateus Silveira de Sousa (natural de S. Jorge?)
15- Catarina Maria (natural de S. Jorge?)

Verificamos que os ascendentes conhecidos de José Silveira Soares eram marítimos (embora os registos não nos informem sobre a profissão do pai admitimos que também o fosse) e residentes no lugar de Santa Cruz, o lugar da freguesia mais favorável às fainas do mar. A avó Ana Joaquina era natural da Ilha de S. Jorge, ilha tocada frequentemente pelos marítimos das Ribeiras.

Tratar-se-ia de uma família pobre a avaliar pelo volume de sufrágios por óbito dos seus membros.

3.º CASO

No dia 22 de Janeiro de 1902 faleceu na freguesia das Ribeiras, Maria Júlia Soares, de 17 anos, casada. Tratava-se de uma situação muito pouco comum. Maria Júlia havia casado aos 15 anos, segundo a informação do pároco (não conhecemos o seu registo de nascimento), quando a idade média ao primeiro casamento na década de 1900 na freguesia foi de 24 anos e meio para as mulheres. A morte surpreendê-la-ia antes de deixar descendentes.

1ª Geração - SUJEITO

1- Maria Júlia Soares (1885 a 22-1-1902)

2ª Geração - PAIS

(1) - 2- Manuel Francisco Cabral, marítimo (23-2-1861 a 1893), de Santa Cruz
3- Rosalina Inácia (23-8-1862 a 2-7-1928)

3ª Geração - AVÓS

(2) - 4- José Francisco Cabral, marítimo (16-10-1829 e + antes de 6-9-1905), de Santa Cruz
5- Bárbara da Conceição (22-3-1836 a 6-9-1905)
(3) - 6- Manuel Joaquim (19-4-1810; + depois de 23-8-1862), de Santa Cruz
7- Maria Úrsula de Brum (natural de S. João; + 11-2-1912)

4ª Geração - BISAVÓS

(4) - 8- José Francisco Cabral, marítimo (21-6-1800 a 3-2-1850), de Santa Cruz
9- Maria Josefa (1807 a 30-3-1896)
(5) - 10- Manuel Silveira Cardoso (11-8-1796 a 5-10-1889), de Santa Cruz
11- Maria das Candeias (14-5-1801 a 31-8-1866)
(6) - 12- Manuel Joaquim Silveira (2-7-1785 a 18-2-1856), de Santa Cruz
13- Delfina Rosa (4-10-1780 a 11-7-1850)
(7) - 14- Incógnito
15 - Antónia de Brum (natural de S. João)

5ª Geração - TRISAVÓS

(8) - 16- Matias Francisco Cabral, marítimo (21-2-1776; + depois de 22-12-1810), de Santa Cruz
17- Maria Silveira (29-2-1779 a 19-3-1833)
(9) - 18- Manuel Francisco Costa (1-10-1776 a 07-2-1852), de Santa Cruz
19- Bárbara Josefa (29-4-1775 a 1-10-1853)
(10) - 20- Manuel Silveira Lourenço (+ 7-10-1827), de Santa Cruz
21- Isabel Silveira (13-12-1760 a 12-9-1843)
(11) - 22- Manuel Machado Jorge Gonçalves (15-3-1755 a 20-11-1841), das Pontas Negras, proprietário
23- Maria das Candeias (16-6-1782 a 1002-1838)
(12) - 24- João Silveira de Sousa, marítimo (21-5-1763 a 25-12-1838), de Santa Cruz
25- Isabel Francisca (6-7-1764 a 31-5-1836)
(13) - 26- Manuel Pereira da Silveira (8-5-1750; + depois de 16-1-1820), de Santa Cruz
27- Maria Jacinta (1750 a 16-1-1820)

6ª Geração - TETRAVÓS

(16) - 32- José Francisco Cabral, marítimo (4-9-1754 a 28-4-1799), de Santa Cruz, muito pobre

- 33- Maria Cardoso (17-11-1750 a 16-9-1848)
 (17) - 34- Manuel Francisco Vieira (+ 7-9-1818), de Santa Cruz
 35- Isabel Silveira (10-11-1743 a 28-11-1807)
 (18) - 36- José Francisco (14-2-1738 a 2-2-1805), de Santa Cruz
 37- Isabel Francisca (natural das Lajes; + 27-11-1819)
 (19) - 38- Domingos Francisco (19-4-1735 a 6-7-1797), de Santa Cruz
 39- Josefa Brígida da Conceição (15-3-1747 a 5-3-1818)
 (20) - 40- Lourenço Silveira, marítimo (+ 2-3-1790), de Santa Cruz, muito pobre
 41- Ana Vieira (+ depois de 1-5-1756)
 (21) - 42- Pedro Silveira (+ 16-2-1799)
 43- Ana Maria Micaela (+ 20-11-1788)
 (22) - 44- António Machado Gonçalves (+12-11-1780), das Pontas Negras
 45- Maria Clara (+ 1-3-1812)
 (23) - 46- Domingos Homem Jorge (15-4-1728 a 22-12-1807), das Pontas Negras, proprietário
 47- Bárbara da Conceição (11-5-1758; + antes de 7-11-1822)
 (24) - 48- Sebastião Homem da Silveira (+ 24-10-1772), de Santa Cruz, muito pobre
 49- Domingas Silveira (+ 1-10-1779)
 (25) - 50- Manuel Silveira Pimentel (+ 18-10-1805)
 51- Maria Francisca (+ 14-4-1791)
 (26) - 52- Manuel Pereira da Silva (+ 28-4-1783), de Santa Cruz
 53- Luzia Silveira (+ 1-7-1768)
 (27) - 54- Sargento Manuel de Brum (+ 15-4-1803), das Pontas Negras, proprietário
 55- Maria Francisca (+ 17-5-1807)

7ª Geração – QUINTOS AVÓS

- (32) - 64- Incógnito
 65 – Bárbara de S. José
 (33) - 66- António Vieira Monteiro (+ 18-5-1793), de Santa Cruz
 67- Maria Cardoso (+ 14-10-1759)
 (34) – 68- António Vieira Fernandes (naturalidade desconhecida; + depois de 16-10-1773)
 69- Isabel Pereira (naturalidade desconhecida; + depois de 16-10-1773)
 (35) - 70- Manuel Silveira Soares, marítimo (+ 28-3-1776), de Santa Cruz
 71- Maria Silveira (+ 30-8-1744)
 (36) - 72- Manuel Francisco (+ 20-10-1772), de Santa Cruz
 73- Maria Dutra (+ depois de 20-10-1772)
 (37) – 74- João Machado (das Lajes; + depois de 11-2-1772)

- 75- Maria do Rosário (das Lajes; + depois de 11-2-1772)
 (38) - 76- Francisco Rodrigues Valim (+ 20-9-1764)
 77- Bárbara Ferreira (+ 11-8-1737)
 (39) - 78- Manuel Silveira Carauta (+ 22-3-1780), do Caminho de Cima
 79- Brígida da Conceição (+ 14-12-1756)
 (46) - 92- Sargento Mateus Jorge da Silveira (+ 21-3-1750), das Pontas Negras, proprietário
 93- Maria das Candeias (+ 23-12-1764)
 (47) - 94- Francisco José da Silveira (+ 27-3-1788), das Pontas Negras
 95- Maria Silveira (+ depois de 1838)
 (52) - 104- Manuel Pereira da Silveira (+ antes de 7-5-1718), de Santa Bárbara
 105- Maria Vieira (+ 6-4-1763)
 (54) - 108- Manuel de Brum (+ 1-9-1736), das Pontas Negras, proprietário
 109- Clara Silveira (+ 26-12-1761)

8ª Geração – SEXTOS AVÓS

- (71) – 142- Manuel Rodrigues (+ depois de 17-2-1716)
 143 – Bárbara Silveira (+ depois de 17-2-1716)
 (72) - 144 – Domingos Ferreira (+ depois de 17-2-1716)
 145- Francisca Alves (+ depois de 17-2-1716)
 (92) - 184- Mateus Jorge (+ antes de 21-10-1714)
 185- Isabel João (+ antes de 21-10-1714)
 (93) - 186- Domingos Homem Ramalho (+ depois de 21-10-1714)
 187- Águeda Silveira (+ depois de 21-10-1714)
 (104) - 208- Francisco Pereira da Silveira (+ antes de 25-8-1698)
 209- Águeda (+ depois de 25-8-1698)
 (105) - 210- Roque Fernandes (+ depois de 25-8-1698)
 211- Maria Vieira (+ depois de 25-8-1698)
 (108) - 216- Capitão Sebastião Silveira (+ depois de 29-5-1713)
 217- Maria Bettencourt (+ antes de 29-5-1713)
 (109) - 218- Francisco Goulart (+ antes de 29-5-1713)
 219- Clara Silveira (+ depois de 29-5-1713)

É interessante acompanhar a genealogia de Maria Júlia. Dos seus 90 ascendentes conhecidos,

identificam-se, além dos pais, os 4 avós e 7 bisavós (a avó Maria Úrsula de Brum era filha natural de uma mulher de fora, com pai incógnito). Na sequência conhecemos 12 trisavós e 24 tetravós. Na geração dos quintos avós identificamos 24 indivíduos e 16 outros na geração dos sextos avós.

Verificamos que os ascendentes mais próximos de Maria Júlia são todos do lugar de Santa Cruz, sendo a actividade dominante entre os homens a de marítimo, com denunciada homogamia. Gente pobre, na generalidade. No entanto, na geração dos trisavós já encontramos um casal de proprietários do lugar das Pontas Negras. Na geração dos tetravós o leque abre-se mais e a par de casais muito pobres do lugar de Santa Cruz, encontramos proprietários abastados do referido lugar das Pontas Negras. É o caso do sargento Manuel de Brum (nº 54), que teve por sua alma 320 missas. Na geração dos quintos avós é também o caso do Sargento Mateus Jorge da Silveira (nº92), que foi acompanhado à sepultura por seis religiosos do Convento de S. Francisco da vizinha Vila das Lajes, sinal inequívoco de prestígio social. Sua mulher, Maria das Candeias (nº 93), além do acompanhamento do mesmo número de religiosos, teve por sua alma 250 missas, número muito elevado no contexto da freguesia. Um sexto avô de Maria Júlia era o capitão das milícias Sebastião Silveira, que supomos do lugar das Pontas Negras.

Os três casos analisados dos falecidos no mês de Janeiro de 1902 na freguesia das Ribeiras atraem-nos para a riqueza do estudo da reprodução social em trajecto multissecular, em debate com o que poderíamos chamar de *lotaria demográfica*. •

1 – Uma “Liturgia da recordação”

Um recente voto da UNESCO classificava como Património Mundial o mais singular trecho da paisagem duriense que o trabalho do Homem, a única ferramenta que Javé lhe confiou ao expulsá-lo do paraíso, modelou ao longo de tantas gerações que se gastaram em sangue e suor para transfigurarem um pedaço de terra, novamente, em Jardim de Delícias plantado de oliveiras e vinhedos.

Mais longe, candidata-se agora a semelhante estatuto outra paisagem de vinhedos construída na Ilha do Pico, jeito de ilha “afortunada” no imaginário deste povo sempre em viagem por todos os mares.

Impossível paisagem esta construída desde o seu princípio, há quinhentos anos, entre a serra e o mar, a sul e a ocidente da esplendorosa montanha, o Pico, que se levanta, poderoso como um Deus estranho e antigo, manso por um tempo em seu altar humedecido ainda com o vinho dos sacrifícios.

Um manto verde de faias e de incenso cobre-o a meia encosta. Mais alto é o verde das pastagens onde branquejam gados de leite. Depois é a terra queimada subindo a pique, uma indescritível paisagem de sombra e de luz, de poéticas mas gigantescas quebradas

de areias arroxeadas pelo nascer do sol, de coroas de nuvens



brancas que brincam, a espaços, sobre os ombros do vulcão que outras vezes se veste de neve ou se esconde em densas neblinas.

Cá em baixo é então o território humanizado. Um território que os homens conquistaram a palmo.

Enterraram sementes e estacas e esperaram o desabrochar dos grãos, o florescer das varas, esperaram o nascimento dos vitelos com a mesma esperança com que viam crescer o ventre das mulheres e o nascer de uma criança.

Calhou que o jeito dos homens e o jeito da terra se combinaram e em breve as vinhas cobriam um solo lavrado quase desde a beira do mar onde as hastes tenras das vides se enterravam nos buracos abertos no lagido.

Multiplicaram-se os homens e

a área dos vinhedos ganhou a base toda da montanha. Os homens tiveram apenas que defender dos ventos as cepas e o seu engenho inventou então a tipologia dos currais, cercados minúsculos de paredes levantadas com a lava quebrada, um reticulado sem fim que, visto do céu, se parece com um fantástico labirinto.

Milhões de pedras, milhões de gestos, corredores de muros que dariam a volta ao mundo duas vezes como os braços dos homens, das mulheres e das crianças das gerações a que pertencem os homens de hoje, aqueles que agora se dobram sobre uma memória, cumprindo um rito, celebrando uma “liturgia de recordação”.

Mais do que a geometria dos currais onde os vinhedos se mantêm verdes, mais do que a melancolia dos mortórios deixados pela filoxera, é a memória do trabalho que se quer celebrar, são os gestos dos homens que se reinventaram, é a festas das vindimas que se sente, o cheiro do mosto nas adegas de Outono, os **corações dos homens** alvoraçados porque o pão e o vinho se estendem fartos sobre a mesa, e os filhos riem, e a ilha solitária é, enfim, “ilha afortunada”, tal qual os primeiros marinheiros sonharam que havia assim ilhas dentro do mar. •





NOME: *Inês Martins de Faria*

IDADE: *45 anos*

NATURALIDADE: *Esposende*

ACTIVIDADE PROFISSIONAL: *Professora do Ensino Secundário, na Escola E.B. 2º e 3º ciclos Rosa Ramalho, de Barcelinhos*

A Investigação enquanto gosto pelo saber

O “gosto por saber coisas” que não sabia empurrou-a para a investigação. Licenciada em História e Ciências Sociais - Formação de Professores, Inês Faria teve o seu baptismo na docência no lectivo de 1981, na Praia da Vitória, na Ilha Terceira. Desde 1992 exerce a sua actividade de professora em Barcelinhos, no concelho de Barcelos. Durante vários anos, a vocação de investigadora foi suplantada por uma prioridade maior: acompanhar o crescimento dos filhos e vê-los ganhar alguma independência. No ano de 1994 ingressou no Mestrado sobre as relações de Portugueses com o Brasil, na Universidade do Minho, que escolheu porque **“tinha vontade de saber coisas que não sabia sobre portugueses e brasileiros, especialmente porque na minha família pairava um grande silêncio, tipo buraco negro, relativamente aos meus avós e alguns tios paternos, o que muito condicionou o percurso do meu pai e, por consequência, o meu”**. Ainda hoje não duvida que tenha feito a escolha certa, **“apesar de ter descoberto muitas mais novidades sobre os portugueses do que sobre os brasileiros”**.

Na sua dissertação de mestrado trabalhou a paróquia de Barcelinhos, o espaço de ambiente urbano-rural onde ainda hoje exerce a sua actividade profissional. Interessada pelo estudo dos percursos de vida dos indivíduos e das colectividades, e partindo da percepção de que a generalidade dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos em terras minhotas se debruçavam sobre pequenas comunidades rurais, **“percebi que me seria gratificante contribuir com o estudo de**

Barcelinhos, nem pequena comunidade, nem estritamente rural”, seguindo os indivíduos desde que apareciam nos registos paroquiais até à saída de cena, por via da morte ou da emigração. As dificuldades não a fizeram hesitar no caminho a seguir, porque nunca ter gostado de **“vida fácil”**.

O que mais a fascina na actividade de investigação é **“o contacto directo com as fontes da verdade da História. A cada nova fonte que me chegava às mãos, depois dos pés terem calcorado muitas estradas, nascia em mim uma força diferente, renovada, sobretudo porque tive a preocupação de não as tratar de modo unicamente estatístico, tendo deixado na monografia publicada as leituras que fiz do redactor e da época em que foram redigidas”**. Na sua opinião, este terá sido o **“principal contributo inovador”**, do trabalho que concluiu em 1997, ao qual acrescenta as suas contribuições relacionadas com a mortalidade infantil dos séc. XVII e inícios de XVIII, num território onde os historiadores portugueses se deparam sistematicamente com obstáculos intransponíveis, por ausência de fontes, uma vez que os registos de óbitos de crianças não eram obrigatórios. É por esse motivo que, no que se refere aos resultados que obteve, atribui o **“primeiro mérito”** aos párocos que fizeram os registos necessários. Os dados que obteve permitiram-lhe concluir que, no espaço que estudou, **“a mortalidade infantil rondava os 120 por mil e que era relativamente baixa quando comparada com a conhecida para algumas localidades da Europa do Sul, para a Idade Moderna; e que a esperança média de vida, à nascença, era de**

40,7 anos para os homens e de 43,2 anos, para as mulheres”.

A minúcia com que estudou todos os documentos que compulsou, permitiu-lhe estudar a questão da alfabetização, tanto no momento do casamento como na emigração, bem assim como aprofundar a observação de fenómenos como a ilegitimidade e a exposição de crianças, que em Barcelinhos atingia valores elevados por efeito da proximidade da Roda de Barcelos.

Inês Faria considera que o seu percurso de investigadora constitui uma inegável mais-valia nos seus horizontes profissionais, uma vez que contribui para melhorar a sua relação pedagógica com os alunos, **“porque saber como se faz a História ajudou-me a ensiná-los a fazerem a História que precisam de saber fazer”**.

Não sentindo qualquer inclinação para prosseguir com uma carreira de natureza científica, a investigadora confessa, no entanto, que se sente **“vocacionada a continuar a formar juízos pessoais sobre a gente que fomos e somos”**, através da investigação que continua a fazer após a dissertação de Mestrado.

Presentemente, dedica-se ao estudo da documentação relativa à vida de uma comunidade rural, a freguesia de Curvos, a terra que a viu nascer e crescer, no Concelho de Esposende. Em relação a este novo projecto, sente que **“será um trabalho feito por amor, com grande diversidade de fontes consultadas, que chego a sentir-me desejosa e incapaz de chegar ao fim, sobretudo porque me vejo obrigada a parar muitas vezes o trabalho nesta área, por força do trabalho relativo à Escola e aos alunos”**. •

AS VISITAS PASTORAIS NUMA PARÓQUIA MINHOTA

S. Cláudio de Curvos, concelho de Esposende

1761 – 1833

Pelo estudo do Livro das Visitas Pastorais, adquire-se uma vasta gama de informações preciosas que muito contribuem para, em cruzamento com as fontes mais comuns da Demografia Histórica, um maior conhecimento da vida das paróquias dos tempos passados.

Sabemos que a generalidade das normas a cumprir, deixadas nas Visitas Pastorais, eram comuns a todas as paróquias de cada Diocese, sendo tal facto notório nas recomendações de que cada pároco copiasse a ordem para o livro próprio, num tempo determinado, que podia ir de duas horas a alguns dias, conforme os casos, e enviasse o original da mesma à paróquia seguinte, segundo o roteiro pré-estabelecido.

Tendo explorado ultimamente o livro existente das Visitas Pastorais, entre 1761 e 1833, à paróquia de Curvos, Concelho de Esposende, Arquidiocese de Braga, com alguns documentos anteriores, pudemos obter grandes quantidades de informações relativamente a vários sectores da vida paroquial, a saber: organização do espaço físico, comportamentos do povo (tanto na Igreja como nos trabalhos quotidianos), formação religiosa dos leigos, sacerdócio (acesso, permanência e formação; indumentária; comportamentos na Igreja e fora dela), escândalos públicos, questões funcionais da Igreja (livros, confrarias, bens da Igreja, celebrações religiosas), questões doutrinárias sobre as quais se deve instruir o povo (notando-se alguma mistura entre assuntos de natureza explicitamente religiosa e outros de natureza política), obras na Igreja, adro, residência e capelas. Além destes, outros assuntos dispersos se vêem abordados, esporadicamente, median-

te o decurso dos acontecimentos.

Dada a grande quantidade e diversidade de assuntos possíveis de apresentar, a nossa opção levou-nos a alguns daqueles que podem ser comuns a várias paróquias, deixando para outras apresentações os mais específicos da paróquia estudada. Assim, foi a vida da paróquia, relativamente a comportamentos do povo e dos eclesiásticos, que nos mereceu este esforço de síntese.



Na Igreja, logo que o sino desse o sinal para o início da missa, da doutrina ou do catecismo, todo o povo tinha de entrar. Ficar no adro era o mesmo que sujeitar-se a penas pecuniárias ou a ver-se “evitado” da Igreja. Ficar às portas era também de evitar, pois se impediam de entrar na Igreja as pessoas de “melhor religião” e as multas começaram a pesar, tanto para os prevarecadores como para quem as devia cobrar, se o não fazia.

Uma vez dentro da Igreja, homens separados das mulheres, o

povo devia estender-se pelo corpo da igreja, nunca se encostando aos altares. A posição aconselhada era sentados nos bancos, nunca nos supedâneos dos altares nem com as costas voltadas para eles, pois, se assim se instalassem, era para conversar ou dormir e não prestar atenção. Os homens deviam manter a cabeça descoberta, não podendo usar coifas ou redes na cabeça e todos deviam estar em silêncio, salvo na altura dos peditórios, em que era permitido algum sussurro. Na altura da comunhão, ainda que fosse domiciliária, ninguém podia estar descalço ou com “vestidos indecentes”.

Quem ficasse no adro, para além das penas a que estava sujeito, não podia conversar nem fazer corrilhos, nem junto às suas entradas, antes ou depois da missa, de modo a não perturbar as celebrações.

Havendo procissões, ninguém podia faltar nem tão pouco ficar na Igreja, se se tratasse da procissão dos defuntos. Também nelas os homens iam separados das mulheres.

Por necessidade de controlar a vida nocturna, em 1797 ficou determinado que a igreja deveria fechar-se ainda de dia, o mais tardar até à hora da Trindade. Esta era uma determinação mais antiga, pelo menos do séc. XV¹, tendo-se, por vezes, como em 1742, deixado, excepcionalmente, que as procissões da Semana Santa se pudessem fazer de noite.

Como conciliar os trabalhos do campo, a fazer pelas noites dentro, momentos de ajuda entre famílias e vizinhos, com as determinações da Igreja, que proibia ajuntamentos não domésticos de homens e mulheres durante a noite? Eram as fiadas,

As visitas pastorais numa paróquia minhota

espadeladas, desfolhadas e as idas aos moinhos, entre outros. As penas para os infractores eram aplicáveis aos responsáveis pelos trabalhos e ainda às mulheres que neles participassem. Mas, pelo avolumar de determinações a esse respeito, sabemos que os trabalhos sempre se iam realizando com os necessários ajuntamentos, ainda que muitos se realizassem de dia.

Temos por certo que o agricultor era também o carpinteiro e pedreiro e demais artes necessárias à sua vida. Sabendo que no campo se trabalha mais ao ritmo das chuvas e dos sóis do que de qualquer calendário, seria compreensível que em alguns dias santos e feriados fosse muito importante trabalhar. Em 1790, vimos surgirem proibições nesse sentido, bem como as penas a



aplicar: duzentos reis pela primeira vez, quatrocentos, pela segunda, e quinhentos e mais, se continuassem a trabalhar. O mesmo para vendeiros e comerciantes em geral, aplicando-se as maiores destas penas, chegando mesmo, em 1797, a acrescentar-se a pena de excomunhão, caso não se tratasse de produtos de primeira necessidade, a saber: pescado fresco para comer ou vender, todos os produtos necessários para um funeral, tabaco, drogas indispensáveis para remédio para aquele dia ou seguinte, velas, lenha para cozinhar e material de escrita – papeis,

canetas e tintas. Claro está que estes trabalhos só podiam realizar-se depois de ouvir missa.

Para que os dias santos o fossem inteiramente, em 1808, foi proibido jogar à bola em tais dias, por causa da “ruína espiritual” que daí resultava. Ou seja, naqueles dias, nem trabalho nem distração, só oração.

A vida privada era igualmente regulada pela Igreja. Desde 1792, vimos que era obrigatório denunciar os esposados que tivessem copulado antes do matrimónio, fazendo parte dos pecados públicos que o pároco devia denunciar aos ministros próprios. Os casais separados sem licença superior não se podiam admitir aos sacramentos, a menos que não dessem escândalo e se as causas fossem notórias e reconhecidamente legítimas. Sendo casais desconhecidos na freguesia, os párocos deveriam obrigá-los a que apresentassem certidões do seu matrimónio. Tratando-se de mulheres grávidas, solteiras ou viúvas, de outras freguesias que ali vinham ter os filhos, “conservando assim a reputação entre os seus” e sabendo que era importante manter o sigilo pretendido para que, numa próxima gravidez, a mulher não procurasse abortar, os párocos teriam de manter o sigilo, tratando, claro está, de mulheres “bem reputadas”. No caso de uma pessoa de “mau proceder” ter vindo de fora da freguesia, o pároco deveria conseguir que ela voltasse à de sua naturalidade, em seis dias, sendo posteriormente proibida de assistir aos ofícios divinos e condenada em quinhentos reis, com possibilidade de se agravar a pena até dois mil reis, extensiva a qualquer pessoa que lhe desse asilo ou alugasse casa. Era uma determinação de 1825. Nos casos públicos de incesto,

concubinato e lenocínio, depois de admoestadas, multadas ou censuradas, em 1767 determinara-se que as pessoas poderiam pedir o perdão dessas condenações. Nos dois primeiros casos, antes de lhe ser dado o perdão, o pároco deveria tratar de conhecer o procedimento dos suplicantes naquele momento e a emenda que tivessem mostrado, o perigo da reincidência em que se achavam, estudando-se o lugar de residência dos envolvidos e o verdadeiro estado de sua pobreza, se esta fosse alegada para o perdão das multas. No último caso, só seria necessário averiguar pelos vizinhos ou por quem pudesse informar sobre a emenda que as pessoas teriam mostrado e também sobre a sua pobreza.

Sabendo da pequenez de algumas habitações ou da exiguidade do seu espaço e tendo em conta o número dos seus ocupantes, em 1762 ficara a ordem para que os párocos convencessem os pais e mães a não deixarem dormir os filhos consigo, para que o leito conjugal não se tornasse “escola de lascívia”.

Para além destas recomendações e reprimendas a fazer ao povo, o pároco era obrigado a educá-lo, desde crianças. Tinha de ministrar a doutrina às crianças, desde pequeninas, “acomodada à docilidade de cada um”, habilitando-as para a recepção dos sacramentos. Caso não aprendessem, não podiam ser admitidas à Comunhão. Pelo menos desde 1742 que os párocos eram obrigados, em todos os domingos e dias santos, a ler e a explicar o catecismo a crianças e adultos, pelo menos durante quinze minutos: actos de fé, esperança e caridade, contrição e atribuição, e chamá-los à frequência da Confissão e à devoção

As visitas pastorais numa paróquia minhota

quotidiana a Maria santíssima. Todos os paroquianos eram obrigados a mandar os seus filhos, criados e escravos para estas sessões de catecismo, ao menos uma pessoa de cada casa. Mas, muitos deles, depois do seu registo no rol, saíam da igreja sem esperarem a doutrina. Como resultado, em 1767, considerava-se que a “ignorância que reina acerca das verdades da religião”, era também devida ao “pouco zelo e muito descuido” de muitos párocos “menos atentos aos interesses de Jesus Cristo do que aos seus próprios”. Parece-nos que os párocos eram impotentes para levarem a bom termo as suas obrigações, quer fosse por inabilidade pessoal, quer por fuga dos paroquianos. Em 1825 vemos escrito, de novo: “responsabilizasse para diante de Deus, e sob pena pecuniária, a cada um dos párocos pelas omissões de não ensinarem em todas as estações de suas missas conventuais a seus fregueses e meninos, os artigos da doutrina cristã, ao menos por espaço de um quarto de hora antes ou depois do catecismo”. Notámos que a obrigatoriedade do ensino se manteve, embora o momento da aplicação da doutrina se tivesse alterado ao longo dos tempos: ora de tarde ora na missa conventual, mas sempre aos domingos e dias santos, com reforço na Quaresma.

Aos confessores, seculares e regulares, era proibido dar a absolvição dos pecados se os penitentes não soubessem a doutrina necessária. Mas podiam dar-lhes um prazo para a aprendizagem da mesma. No entanto, nada disto se aplicaria se o penitente fosse pessoa “notoriamente douda e bem instruída”.

Devemos também lembrar que, tal como a vida dos leigos, também a vida dos eclesiásticos era

vigiada e regulamentada com igual força. Deviam ter o cuidado de não provocarem escândalos com os seus procedimentos, caso contrário, perderiam as suas licenças de celebrar, pregar ou confessar, o que os párocos da freguesia deviam vigiar e controlar. Os eclesiásticos “pública ou **escandalosamente** amancebados”, seriam proibidos pelos párocos de usarem as suas ordens. Esta proibição, surgida em 1761, incluía, pelo menos, o confessar e o pregar. Tratando-se de mancebia com alguma das suas paroquianas, desde que se provasse legitimamente o “trato ilícito”, o eclesiástico deveria ser logo (a partir de 1792) pronunciado para livramento ordinário e, por sentença, condenado a seis meses de exercícios na Casa da Cruz.

Para não caírem nestas situações, desde 1742 que se recomendava aos eclesiásticos que todos os anos fizessem os exercícios espirituais de Santo Inácio de Loyola, como havia recomendado o Papa Bento XIV, na sua Bula “*Ubi primum placuit*” de 3 de Dezembro de 1740, ou seja, deviam fazer retiro. Além disso, determinava-se que nenhum eclesiástico tivesse consigo criadas ou escravas, nem outra mulher com menos de cinquenta anos de idade, ainda que fossem filhas ou mulheres de alguns criados seus. Os que as tivessem deviam desfazer-se delas e também pôr fora os filhos ilegítimos. Mas, se na casa houvesse mais família feminina, mãe ou irmãs, estas poderiam ter criadas de menos de cinquenta anos, desde que fossem de boa fama.

Ainda com o objectivo de ajudar à diminuição dos escândalos dos eclesiásticos, na mesma data se proibiram de andar de noite tocando viola ou outro instrumento, bem como de irem aos se-

rões, sob pena de suspensão e de vinte cruzados de multa.

Entrado o séc. XIX, novos desafios se colocaram aos intelectuais e, de modo geral, a todos. Assim, na Pastoral de 20 de Abril de 1800, recomendava-se vivamente que os eclesiásticos não se atrevessem a defender, apoiar ou aplaudir os “sediciosos princípios do Filosofismo” ou mesmo a ler panfletos ou livros com as mesmas ideias ou ainda a frequentar botequins ou casas de jogo, devendo os infractores serem denunciados. Além de outras penas, seriam reclusos no seminário ou na Casa da Cruz, para fazerem exercícios espirituais pelo tempo que lhes fosse determinado.

Em simultâneo, os párocos deveriam instruir o seu povo também “nas vantagens do governo que Deus foi servido dar aos nossos pais”. Apela-se à fidelidade e sujeição com que se deve obedecer ao soberano e a todos os magistrados, respeitando as leis políticas, enobrecendo a liberdade de cada um, “a qual não consiste como pensa o libertino”.

Também os modos de vestir e calçar dos eclesiásticos demonstravam ou não a sua “pureza interior” – dizia-se na Pastoral de 1742. Os clérigos in Minoribus e os tonsurados



As visitas pastorais numa paróquia minhota

deviam usar a capa e batina talar de baeta preta ou crepe, mas não de seda; nos lugares menos populosos podiam usar garnachas ou roupetas pretas, um tanto mais curtas. Como adornos, não eram permitidas fitas nas camisas nem pedras falsas nem verdadeiras nas fivelas dos sapatos. Continuamente se apelava ao uso de vestuário condizente com a situação. Assim, por 1763, recomendava-se que nos actos religiosos, os eclesiásticos vestissem sotaina de baeta preta e cabeção no pescoço; no entanto, depois de 1767, se estivessem a confessar e não estando mais de nove pessoas na igreja, podiam não usar o hábito talar. Por 1773, nos ofícios de defuntos, o desejável era que os eclesiásticos se vestissem com sobrepelizes limpas e barretes. Em 1792, o Visitador foi mais longe: deixou dito que o hábito desejado para os eclesiásticos não podia ser a beca sem mangas; isto só “um imprudente” se atreveria a usar, no desempenho das suas funções... Referia, então, que os vestidos dos eclesiásticos deviam, “pela decência da cor e da forma”, manifestar, logo à primeira vista, “a gravidade e pureza dos costumes que devem ornar uma gente santa e singularmente escolhida”. Nunca os eclesiásticos poderiam contribuir para “confundir-se com o mundo profano e insensato”, quer nas “feições internas”, quer nas “exteriores e visíveis”. Era um apelo ao abandono do luxo e fatuidade de modas do século. Negava-se o uso deste “odioso secularismo” nos chapéus, fivelas, gravatas, chitas e outras cores de vestido que não seja preto escuro. Concluindo, só poderiam usar cabeção e hábito talar de cor preta, fechado à frente, dentro ou fora da Igreja.

Em 1812, de novo se lembrava aos eclesiásticos o modo como se deviam vestir para assistir aos ofícios divinos. É que alguns, chegavam “ao escandaloso excesso de lançarem as suas superlizes sobre capotes ou vestidos seculares e de celebrarem o tremendo sacrifício da missa calçados de botas e sem hábito talar”. Estes reparos foram repetidos em 1825, acrescentando-se então que, além de capotes ou casacas debaixo das sobrepelizes, também usavam “polainas, socos ou pantalonas à vista” e até botas e meias brancas. Estipulavam-se “mais severos castigos” a aplicar, quer aos prevaricadores quer ao pároco responsável pela paróquia, caso este não os denunciasses atempadamente ou mesmo se fosse a sua “frouxa tolerância” a causa dos abusos.

Quanto ao calçado, foi lembrado, repetidamente, durante a segunda metade do século dezoito, que era proibido aos eclesiásticos usar tamancos nas celebrações e nos ofícios divinos e de defuntos.

Quanto aos cabelos, vimos que, em 1739, se proibiram o uso de pentes e de topetes e, em 1742, os polvilhos. Em 1767, tabelava-se o comprimento dos cabelos, que nunca poderiam ser compridos, nem as coroas muito diferentes do que determinava a Constituição.

Desde 1765 que vimos dar-se aos eclesiásticos oportunidade de se formarem, para poderem estar preparados para melhor instruírem e dirigirem o seu povo. Estabeleceram-se, para isso, as Conferências Morais, a que nenhum clérigo poderia faltar, semanalmente, sem ser submetido a julgamento ou à suspensão das ordens. À medida que os anos passavam, as exigências também aumentavam. Em 1825, já não

bastava estar presente, era preciso que a sua frequência das Conferências fosse “festiva” e acrescentava-se que as certidões de frequência só deviam ser passadas aos que as merecessem.

Para além desta formação contínua, em 1767, ficara também legislado que os sacerdotes deviam praticar a Teologia Mística, de modo convincente, sendo submetidos a exame sobre esta matéria, e, a partir de 1792, também todos passaram a ser obrigados a frequentar, dez dias por ano, os exercícios na Casa da Cruz.

Era também grande a preocupação dos Visitadores com os comportamentos dos eclesiásticos durante as celebrações, sobretudo nas missas e ofícios de defuntos, e na execução de todas as tarefas que lhes competiam.

Para santificar bem os domingos e dias santos, segundo um breve de 1748, o pároco devia celebrar duas missas, a de manhã e a conventual. No dia dos fiéis defuntos tinham de celebrar três. No entanto, a qualidade também era de defender. Em 1792, constatando-se a grande velocidade com que se celebravam as missas, “com tanta fúria e rapidez que mais parece irrem fugindo diante do salteador das estradas”, lembrava-se que todos os sacerdotes atendessem um pouco à “terrível e veneranda” função que exercitavam junto do sagrado altar. É que para a missa foram estipulados “nunca menos de vinte minutos” e alguns párocos arrumavam a obrigação em muito menos tempo, às vezes, com interrupções indevidas.

Morrendo alguém, estava instalado nas famílias, o hábito de darem alimento aos seus visitan-

Com a coordenação de Otília Lage

NEPS edita bibliografia de Demografia Histórica e História das Populações

O Neps acaba de publicar um novo volume da sua série de série de *Cadernos*, com uma síntese bibliográfica de Demografia Histórica e a História das Populações, em Portugal, organizada pela investigadora Maria Otília Pereira Lage com a colaboração de Odete do Carmo Santos Soares, mestre em História das Populações, e Ana Margarida Mendes Dias, bibliotecária. Com esta publicação, que surge na sequência do I Encontro do NEPS, realizado em finais de 1999, os investigadores em demografia histórica portuguesa passam a ter ao seu dispor um precioso auxiliar de pesquisa.

Conforme faz notar a coordenadora da obra na sua introdução, “o trabalho é constituído por um catálogo de notícias com 873 entradas principais e 1202 referências bibliográficas de um conjunto muito diversificado de documentos e fontes para a Demografia Histórica e a História das



Populações em Portugal, cobrindo um arco temporal muito dilatado. Predominam naturalmente as notícias de estudos e textos de autores portugueses sobre questões de demografia portuguesa e história nacional na óptica ampla das populações. Mai-

oritariamente em língua portuguesa, as referências seleccionadas incluem também trabalhos em língua estrangeira e textos de autores estrangeiros sobre Portugal, bem como referências a estudos relativos às suas ex-colónias, com incidência no período colonial”.

O repertório de referências bibliográficas que integram o volume é completado por um conjunto de índices: autor, título, geográfico (por localidade explicitamente referida nos títulos), temático classificado e cronológico.

O trabalho agora editado pelo NEPS tem como horizonte “a tornar-se numa ampla bibliografia o mais sistemática e exaustiva possível, através de futuras actualizações anuais”.

Neste número do Boletim Informativo publica-se o 1.º suplemento desta obra, com a produção do NEPS de 1999 a 2001. •

As visitas pastorais numa paróquia minhota

tes, estando o corpo do defunto sobre terra. No intuito de acabar com o “agasalho do povo”, a que a Igreja chamava de “abuso indigno entre católicos de comer e beber com gastos supérfluos e menos meritórios”, foi determinada, em 1761, a pena de mil reis para os infractores, cujo rendimento seria aplicado em missas pelo defunto. Quanto aos eclesiásticos, em muitas destas circunstâncias, muitos tentavam deixar o local das cerimónias, antes do tempo devido, daí que a pastoral de 1762 veio obrigar a que permanecessem até ao final da missa, sendo mandado que os pagadores dos ofícios só ajustassem as contas no fim, quando todos se recolhessem à sacris-

tia. E, em 1763, avisavam-se os eclesiásticos que se não ficassem nas alas e lugares destinados durante todo o tempo que durassem os ofícios e missa até ao último responso, que não lhes seria paga a esmola devida. E mais: que estivessem com “toda a gravidade, silêncio e modéstia com que se deve reverenciar a casa de Deus, evitando práticas supérfluas e conversações alheias daquele lugar”. Mais tarde, em 1797, acusavam-se muitos deles de recitarem de modo ligeiro e com falta de devoção os ofícios nocturnos pelos defuntos, dando a ideia a quem os chamava, de que assim agiam movidos pelo espírito do lucro, avareza e ambição. Eram também acusados de

se retirarem intempestivamente antes de se enterrar o cadáver, faltando fazer a recitação das preces respectivas. Pedia-se-lhes, então, que se comportassem de maneira que não exalassem o “mau cheiro de um coração corrompido” e não profanassem os sagrados cânticos e cerimónias da Igreja. •

(Livro de registo das Visitas Pastorais a S. Cláudio de Curvos, 1761-1833)

1 Informação colhida do Livro das Visitas, de um documento doutrinário, de 2 de Maio de 1765, do Arcebispo D. Gaspar, sobre a “instituição da Sagrada Eucaristia a 24 de Março”.

Herança e Sucessão no Termo de Braga - séculos XVIII-XIX Margarida Durães recebe o Prémio Alberto Sampaio

No passado dia 1 de Dezembro teve lugar, na Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, a sessão solene de entrega do “Prémio Alberto Sampaio”, edição de 2001, atribuído ao trabalho *Herança e Sucessão (Leis, práticas e costumes no Termo de Braga - séculos XVIII-XIX)*, de Margarida Durães.

Com a Mesa constituída pelo Presidente da Sociedade, Dr. Santos Simões, pelo Prof. Doutor Norberto Cunha, membro do Júri e representante do mesmo, e pela Eng.^a D. Emília Névoa, em representação da família de Alberto Sampaio, abriu a Sessão o Presidente da Instituição que disse do regozijo em pela primeira vez esta Casa organizar o Prémio e proceder à sua entrega depois de o mesmo já ter acontecido, nas duas edições anteriores, com as Câmaras de V. N. de Famalicão e de Guimarães. Referiu-se à personalidade do homenageado, um dos mais proeminentes fundadores da SMS e historiador de prestígio reconhecido por todos. Seguidamente, usou da palavra, a Eng.^a Emília Névoa que se referiu à figura do patrono do prémio, Alberto Sampaio.

Em nome do Júri, o Prof. Norberto Cunha, debruçou-se em seguida sobre o trabalho do Júri e dos méritos da obra distinguida

numa alocução que significativamente intitulou: *O apelo irresistível da História Local*, que a seguir transcrevemos:

“A história local desde há muito que despertou a atenção dos investigadores. Contudo, até há algumas décadas atrás, poucos historiadores de profissão se lhe dedicavam, deixando essa tarefa para os eruditos locais, conhecedores da realidade e de certos tipos de fontes.

A história feita por estes, como quase tudo na vida, apresentava verso e reverso. Por um lado, revelava alguns eventos e/ou monumentos mais destacados, privilegiando, como aliás a história geral então em voga, os de índole política e militar ou tudo aquilo que fosse muito antigo. Por outro, a história mais recente, as actividades produtivas, a distribuição de bens e o quotidiano eram, frequentemente, “esquecidos”.

Mais concretamente, a oficina ou a fábrica, a loja ou sistema de transportes, os costumes, o vestuário e o calçado não eram focados ou, na melhor das hipóteses, ocupavam um lugar secundário, face ao pelourinho, à igreja ou aos vestígios romanos ou árabes, já “enriquecidos” pela patine do tempo. A própria metodologia também enfermava de

limitações, próprias do “curioso”, sem formação específica como historiador. Basta folhear muitas das monografias das nossas terras para comprovar o que se acaba de afirmar.

Todavia, regista-se com agrado que, sensivelmente no último quarto de século, passou a aparecer um outro género de história, a que podemos chamar nova história local. Com a multiplicação dos centros de ensino e investigação na área da história, o aumento do número de investigadores e a necessidade de muitos destes terem de apresentar, para efeitos de provas académicas, trabalhos inéditos e actualizados, assiste-se a uma certa “explosão” da história local e regional.

A importância desta tem sido realçada por vários autores e é hoje geralmente reconhecida. Com efeito, ela não só permite avivar a memória, reforçar a identidade das comunidades e valorizar o respectivo património, como constitui um complemento imprescindível da história geral, do país ou mesmo de áreas mais vastas.

Como se pode ler num conhecido guia de história local, publicado em França (*Guide de l'Histoire Locale*, dir. d'Alain Croix e Didier Guyvarcch, Paris, ed. du Seuil, 1990, p. 27-28), «Toda a



Prémio Alberto Sampaio

história local é micro-história ligada aos pequenos factos, ao evento mínimo. Mas, ao mesmo tempo, toda a história local é história total. A ambição de uma monografia concelhia é delinear a evolução dum território e de um grupo humano, desde as origens até aos nossos dias».

Acontece que, mais recentemente, com a “onda” da globalização, que parece tender a uniformizar atitudes e comportamentos e a apagar especificidades e diversidades, de grande riqueza história e cultural, a história local aparece reforçada, como uma espécie de âncora a que devemos recorrer para consolidar as nossas raízes locais.

Ora um dos bons exemplos de trabalhos, enquadrados no âmbito da referida “nova história local”, é precisamente o apresentado pela Doutora Margarida Durães, intitulado

Herança e sucessão. (leis, práticas e costumes no termo de braga (séculos XVIII-XIX).

Trata-se de um estudo desenvolvido (2 vols., totalizando 623 p.), metodologicamente actualizado e bem elaborado, para o qual foi consultado um avultado acervo documental e uma extensa bibliografia. A ilustração cuidada, através da inclusão de um número substancial de quadros, cartas geográficas e gráficos, contribui significativamente para valorizar e facilitar a interpretação e compreensão do respectivo texto.

Dada a impossibilidade de, nas actuais circunstâncias, se dar conta de toda a riqueza informativa e interpretativa do estudo em causa, apenas se sublinharão alguns aspectos que nos parecem mais relevantes.

Em primeiro lugar, o ponto de partida, o questionário, a partir do qual a autora define, concretamente, os objectivos que pretendia alcançar. Fá-lo nas p. 22-23, do 1 vol, após recordar que “a história é uma maneira de pen-

sar todos os problemas das ciências sociais”.

Entre outras formula, então, as seguintes questões:

a) “Até que ponto algumas das práticas hereditárias ainda hoje usuais não são apenas a sobrevivência do passado?”. Esta questão está relacionada com outra mais geral, que é a da persistência do Antigo Regime (em muitas das respectivas práticas e tradições), à qual Amo J. Mayer dedicou um interessante estudo.

b) “Quais as raízes históricas das práticas de beneficiarão de um herdeiro?”

c) “Qual a influência dos antigos sistemas de herança e sucessão da propriedade vinculada e propriedade foreira nestes procedimentos?”

Tendo adoptado o concelho como área de estudo, o período cronológico focado, por sua vez, abrange aproximadamente um século - dos inícios de Oitocentos até aos de Novecentos-, detectando persistências mas também inovações, nesse longo desmoronar do antigo Regime e no dealbar do Liberalismo.

Além do tema central da obra -herança e sucessão -, devidamente esclarecido e desenvolvido, a Doutora Margarida Durães focou ainda muitos outros aspectos pertinentes e do maior interesse, para se compreender o dia-a-dia de uma parte das sociedades rural, no lapso de tempo em análise. Refiram-se, por exemplo, as interessantes análises que faz do mobiliário, do vestuário, do calçado e de alguns procedimentos relacionados com a morte.

Quanto ao mobiliário, não obstante a sua relativa simplicidade, salienta o número de **caixas**, de todos os tamanhos e com diversas *aplicações*.

Relativamente ao vestuário, com domínio do de linho, produzido localmente sabe-se, hoje, que a tradição da “indústria” do linho, no Vale do Ave, constitui uma mais-valia para o desenvolvimento da têxtil algodoeira, a

partir de meados do século XIX, revela-se particularmente interessante o estudo da respectiva paleta cromática. O predomínio de cores escuras (designadamente o preto e o azul, cujo uso representava mais de 50% do total), ainda hoje detestável já então era notório.

Acerca do calçado, este ainda seria então um bem relativamente raro em certos meios rurais do termo de Braga, pelo que muitos só ao domingo o usariam.

No que concerne aos costumes funerários, o uso da “mortalha” – por vezes um simples lençol ou o hábito de uma ordem religiosa –, bem como o uso, por certo ainda não generalizado, do caixão constituem aspectos dignos de realce. Estes e outros pormenores revelam que, paralelamente com a persistência, já referida, também não se podem descurar as inovações e as transformações que se foram verificando, não só nos meios urbanos como também nos rurais.

O que, sumariamente, se acaba de destacar não é suficiente para se obter uma ideia completa da obra em causa, o que só uma leitura atenta permitirá. Contudo, evidenciou-se algo do que nos pareceu ser mais significativo no estudo a que temos vindo a reportar-nos.

As suas características dignas de realce (as mencionadas e outras que não houve possibilidade de referendar) foram mais que suficientes para que os elementos do júri, do Prémio Alberto Sampaio, optassem por atribuir o primeiro lugar à obra da Doutora Margarida Durães, a qual fica a constituir mais um importante marco na historiografia do Norte de Portugal, a acrescentar a muitos outros que, nos últimos anos, têm ficado ao nosso dispor.”

Falou, por fim, a premiada, Prof.^a Margarida Durães:

“Sinto-me muito honrada pela atribuição, ao estudo que apresentei a concurso, de uma dis-

Prémio Alberto Sampaio

tinção que homenageia Alberto Sampaio, um dos mais insígnis historiadores do séc. XIX e a quem a história rural do noroeste português tanto deve.

Aliás, não sei se poderia existir uma outra distinção tão adequada para o nosso trabalho quanto esta, já que ele é o resultado da influência que a obra deste historiador exerceu sobre nós desde os tempos de estudante.

Sob a influência da obra de A.S. partimos da observação da realidade da estrutura fundiária minhota e interessamo-nos pela análise da formação da propriedade rústica e da exploração agrícola ao mesmo tempo que a nossa atenção era atraída para a análise das práticas adaptadas pelos camponeses na transmissão do seu património. Pretendíamos, no nosso estudo, conhecer, sobretudo, os sistemas de sucessão e herança utilizados pelos camponeses minhotos tentando compreender o que é que predispõe a maioria dos camponeses a fraccionarem as suas explorações enquanto que apenas uma minoria as mantém a todo custo indivisíveis.

E, para atingir os nossos objectivos não foi necessário mais do que percorrer os caminhos abertos por Alberto Sampaio seguindo as suas pistas e adoptando como hipóteses de trabalho algumas das suas sugestões.

Como ele, tivemos necessidade de aceder, em primeiro lugar, ao estudo das condições geográficas do Minho, utilizando para tanto, não só as descrições renascentistas e as corografias dos sécs. XVII e XVIII como as contribuições da geografia e geologia através dos estudos de Schiappa e Péry, de Orlando Ribeiro e Amorim Girão.

Como Alberto Sampaio, bem depressa compreendemos que a realidade fundiária minhota não pode ser explicado exclusivamente através dos factores naturais

havendo necessidade também do conhecimento dos factores históricos que introduziram formas particulares de apropriação e exploração da terra e individualizaram o noroeste português do todo nacional. E neste campo o contributo da obra de Alberto Sampaio é incontornável.

Através d'*As Vilas do Norte de Portugal* acedemos às vicissitudes da propriedade rural a partir da romanização, às várias etapas da sua evolução, à identificação do casal e da quinta como unidades básicas da estrutura fundiária, às formas de exploração da terra adaptadas pelos senhorios e ao intenso povoamento que elas fomentaram.

E foi através desta análise que detectámos a estreita relação entre o aforamento e a prática utilizada pelas casas de lavoura de maior dimensão de nomear um só sucessor e herdeiro principal que assumisse a direcção da exploração agrícola. Herdeiro que no entanto via o seu privilégio onerado por um conjunto de condições como o pagamento dos legados pios dos progenitores, a satisfação das dívidas contraídas com a exploração, a atribuição de dotes aos outros descendentes ou o encargo de sustentar os elementos da família que não abandonavam a casa.

Estes temas acabaram por nos conduzir ao estudo dos princípios que regulam os comportamentos e atitudes das sociedades rurais face à morte mas sobretudo face à vida e que determinaram as formas de reprodução social e económica que presidiram à sobrevivência de inúmeras famílias camponesas.

Mas a análise das sociedades rurais não se esgota no estudo e compreensão das práticas hereditárias e sucessórias utilizadas pelos proprietários para a transmissão das suas explorações agrícolas.

Se o trabalho que hoje vos foi apresentado representa o trilhar dos caminhos abertos por Alberto Sampaio, com ele novas perspectivas se abriram ao estudo da história agrária do noroeste português já que intimamente entrelaçados com aquelas práticas existem um conjunto de questões que foram afloradas no nosso trabalho e que urge serem desenvolvidas. Por essa razão as sociedades rurais continuarão a ser o centro dos nossos trabalhos de investigação.

1.º - Urge prosseguir o estudo do património camponês dando o devido relevo a outras componentes que não apenas a propriedade fundiária.

2.º - E fundamental dar continuidade aos estudos sobre espiritualidade e sobre as atitudes religiosas da população camponesa já que estes comportamentos sempre exerceram uma forte influência na organização familiar e social das comunidades rurais.

3.º - Assim como é necessário proceder a uma abordagem das sociedades rurais como as principais produtoras de eclesiásticos que engrossaram o mundo clerical para quem elas tinham de trabalhar e de quem elas dependiam.

E não gostaríamos de terminar sem antes saudar a Sociedade Martins Sarmento na pessoa do seu director e as Câmaras de Guimarães e Famalicão nas pessoas dos seus presidentes por levarem a cabo e patrocinarem esta iniciativa que prestigia, promove e divulga os trabalhos de muitos dos que se dedicam à investigação histórica. Bem hajam por apoiarem o prémio Alberto Sampaio."

A encerrar a sessão realizou um concerto o pianista Constantin Sandu preenchido com obras de Beethoven e Rachmaninov. •

Um trabalho de Francisco Messias Trindade Ferreira

A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha e a sua população

O investigador Francisco Messias Trindade Ferreira editou recentemente, com a chancela da Câmara Municipal de Aveiro, a obra *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha e a sua população (1666-1900). Estudo Demográfico*. Este trabalho, que traz importantes achegas para o conhecimento da realidade demográfica da Idade Moderna e do início da Idade Contemporânea na região de Aveiro, resulta da dissertação de Mestrado em História das Populações, apresentado, em Outubro de 1999, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

A seguir, apresentamos algumas passagens do texto introdutório da monografia de Francisco Messias:

“A técnica de recolha dos dados proposta por Norberta Amorim, utilizando cadernos alfabetados segundo o nome próprio dos indivíduos, tem as suas virtudes, em especial em paróquias de pequena dimensão. Contudo, no caso daquelas que, pela sua grandeza, assumem proporções razoáveis, onde se encontram um número de famílias e de baptismos da ordem de algumas dezenas de milhar acaba por se mostrar pouco prático o manuseamento de um número significativo de cadernos. No seguimento deste processo haveria ainda de se transpor para suporte informático, com vista ao tratamento dos dados recolhidos, toda a informação contida nos referidos cadernos.

Pensou-se encurtar, de alguma forma, o processo de execução técnica da reconstituição de paróquias, tornando-o mais simples em todos os seus passos, evitando a duplicação de tarefas (papel—suporte informático), melho-

rando o binómio capacidade-velocidade de pesquisa, simplificando o armazenamento e transporte do material já recolhido.

A solução passou por colocar em diálogo, nem sempre fácil, três disciplinas que, embora tendo algo em comum, manifestam uma certa dificuldade em comunicar: a Informática, a Genealogia e, naturalmente, a Demografia Histórica. A Genealogia forneceu a aplicação informática cujo âmbito foi significativamente ampliado e proporcionou a confirmação de graus de parentesco e a identificação de indivíduos; a Informática desenvolveu instrumentos de análise ao nível da estatística das populações e também ao nível de adaptações e correcções da referida aplicação; naturalmente, a Demografia contribuiu com o método de trabalho adequado, às fontes disponíveis e ao objecto em estudo.

Deste consórcio resultou um processo técnico de reconstituição de paróquias de largo alcance e eficácia, que este trabalho procura comprovar e que a seu tempo se expõe.

Para demonstrar as potencialidades deste processo de reconstituição de paróquias, escolheu-se uma freguesia com uma dimensão apreciável — a antiga freguesia de Eixo-Oliveirinha.

[...] Há toda a conveniência em identificar os comportamentos típicos das várias regiões, de molde a traçar um quadro o mais completo possível da população

do Antigo Regime português, recorrendo às fontes que, apesar de todas as limitações, lacunas e deficiências, são as mais exactas de que se dispõe — os registos paroquiais, autêntico registo civil e religioso da população do Antigo Regime.

Determinar as aproximações e afastamentos dos comportamentos demográficos, tentar uma explicação para as diferenças ou para a manutenção de traços semelhantes, procurar e justificar as alterações ou as continuidades de comportamentos da população (tomadas de per si ou por contraponto a outras), enquadrar os fenómenos demográficos num contexto mais vasto de natureza histórica, geográfica ou económica, são os objectivos primordiais que este trabalho se propõe alcançar.

[...] Este trabalho debruça-se, fundamentalmente, sobre três grandes variáveis demográficas: a nupcialidade, a fecundidade e a mortalidade. A sua análise incide particularmente sobre os aspectos mais globais da população, uma vez que outra forma de tratamento, como a análise diferencial, exigiria a consulta e a recolha de elementos de outras fontes, e implicaria o alongar no tempo de investigação, o que não seria possível.

Não se pretende, naturalmente, descobrir um novo “modelo” demográfico. É certo que cada comunidade tem as suas especificidades, mas também

possui traços comuns que a identificam no seio de um povo e a tornam reconhecida como parte desse mesmo povo. Foi na procura desses caracteres identificadores, comuns e individualizantes em termos demográficos que este trabalho avançou.” •



Um livro de Fábria Raposo

Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês

Foi lançado, recentemente, mais um volume da série de monografias do Neps, com um volume que reproduz a dissertação de Mestrado em História das Populações apresentada ao ICS da Universidade do Minho por Fábria Maria Raposo, com o título *Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês. Palaçoulo (1656-1910)*. Nesta edição do *Boletim Informativo* transcrevemos o texto com que a autora apresenta o seu trabalho:

O desejo de uma maior actualização científica após vários anos de docência e o interesse que sempre tivemos pela investigação histórica foram factores que, de um modo muito particular, estiveram na base deste trabalho.

Gostaríamos de ter dedicado este estudo à nossa paróquia de origem, Vilar Seco do concelho de Virnioso. Todavia, a lastimável preservação das fontes documentais no Distrito de Bragança não nos permitiu a concretização desse objectivo. Depois de muito procurarmos e após várias tentativas, pois não existem arquivos organizados, localizámos os registos paroquiais, sem lacunas assinaláveis e em razoável estado de conservação para um período de 254 anos, relativos à paróquia de Palaçoulo, vizinha da nossa. Situada no coração do Planalto Mirandês¹, para nós, sobejamente motivador dar a conhecer informação vital disponível que permita compreender neste contexto sócio-económico e cultural a evolução dos comportamentos demográficos, ainda pouco conhecidos quando descemos ao nível da paróquia.

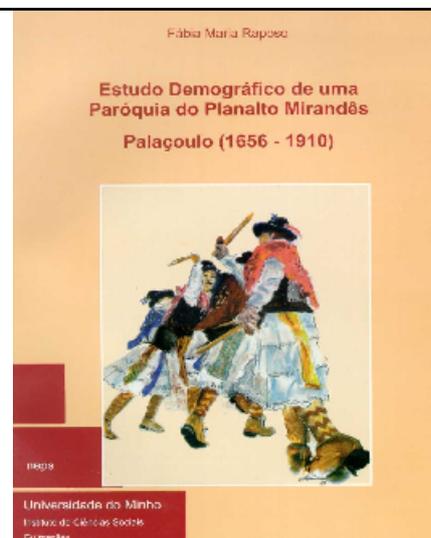
Acreditamos, como Jacques Dupâquier, que por esta via «uma nova história social poderá estar ao alcance dos investigadores»². O conhecimento da evolução demográfica permite um melhor entendimento dos fenómenos económicos e sociais que afectam a área. Como bem afirma Pierre Chaunu «toda a história que não recorre à demografia, priva-se do melhor instrumento de análise»³. Foi a ideia de termos um sólido ponto de partida que nos conduziu à realização deste

trabalho de microanálise demográfica, em longa duração, na paróquia rural de Palaçoulo, no nordeste transmontano.

Seguimos a metodologia de reconstituição de paróquias, teorizada e desenvolvida por Maria Norberta Amorim há cerca de três décadas. Usando palavras da autora: «Reconstituir paróquias significa, primeiro, organizar os dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de famílias e, depois, cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história de vida de cada residente»⁴. A «base de dados», assim constituída, permite a análise dos comportamentos demográficos e fica aberta ao cruzamento com outras fontes, numa perspectiva da história social que não nos foi possível contemplar dada a morosidade do processo e o tempo de que dispusemos para este trabalho académico. Entretanto, está a servir de suporte ao estudo sócio-linguístico da mesma localidade, a cargo do investigador Domingos Raposo e, no futuro, poderá prestar apoio a outros trabalhos.

Destinámos um primeiro capítulo à contextualização da paróquia no âmbito histórico e geográfico. No segundo capítulo, procurámos fazer a crítica das fontes sobre as quais assenta o nosso estudo. Dedicámos um capítulo ao estudo de cada variável demográfica, conforme a ordem indicada nos livros da especialidade: nupcialidade, fecundidade, mobilidade e mortalidade. Calculámos os indicadores habituais para o conhecimento da cada uma das variáveis e procurámos correlacioná-las na medida do possível. Terminámos com um capítulo dedicado ao movimento geral dos baptizados, casamentos e óbitos. Não pudemos relacioná-los da forma mais adequada por não dispormos de registos de mortalidade infantil para a maior parte do período em observação.

No tratamento da mobilidade, variável influente nas sociedades do antigo regime⁵, cingimo-nos a uma abordagem através das «entradas» por ocasião do casamento, à residência dos defuntos por ocasião dos óbitos e às «saídas» através das «notícias ao óbito». O estudo da mortalidade ficou comprometido e foi até difícil de



realizar, dada a já referida falta de registo de mortalidade infantil anterior a 1860. Procurámos estudar a mortalidade adulta e depois analisar a mortalidade infanto-juvenil, para o período de 1860-1910, de acordo com os dados disponíveis.

Assim, o nosso estudo consistiu, basicamente, na análise dos comportamentos demográficos da nupcialidade e da fecundidade, bem como dos fenómenos da mobilidade e mortalidade. Comparámos, também, os indicadores de cada variável com outros referentes a paróquias da área geográfica⁶ e contexto sócio-económico e cultural semelhantes. ●

¹ Constituído territorialmente pelos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso.

² Jacques Dupâquier, «Demografia Histórica e História Social», in Maria Luiza Marcilio (org.), *População e Sociedade*, Petrópolis, Vozes, 1984, p.46.

³ Maria N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, p.171.

⁴ Paróquias reconstituídas por Maria Norberta Amorim, Poiães, Cardanha e Rebordãos (Distrito de Bragança) e Guimarães. Fizemos ainda comparações com a paróquia de Calvão, no Distrito de Vila Real, reconstituída por José Alberto Paulo Faustino.

⁵ Maria N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, p.171.

⁶ Paróquias reconstituídas por Maria Norberta Amorim, Poiães, Cardanha e Rebordãos (Distrito de Bragança) e Guimarães. Fizemos ainda comparações com a paróquia de Calvão, no Distrito de Vila Real, reconstituída por José Alberto Paulo Faustino.

ficha de inscrição

neps

IDENTIFICAÇÃO

Nome	Data de Nascimento / /
------	---------------------------

Endereço

Telefone	Fax	E-mail
----------	-----	--------

Naturalidade

BI n.º	Data / /	Arquivo	N.º Contribuinte
--------	----------	---------	------------------

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Doutor	Doutorando	Mestre	Mestrando	Licenciado	Estudante
--------	------------	--------	-----------	------------	-----------

Cursos [indicar instituições e anos de conclusão]

ACTIVIDADE PROFISSIONAL

Profissão

Instituição

Endereço

Telefone	Fax	E-mail
----------	-----	--------

INTERESSES DE INVESTIGAÇÃO

Fontes	Análise demográfica	Reconstituição de Paróquias
Registos paroquiais ou de estado civil	Outra documentação paroquial	Documentação fiscal
Passaportes	Dotes	Testamentos
Doações	Outra documentação notarial	Cruzamento de fontes diversas
Migrações	História da família	Genealogias
História da criança abandonada	Análise social	História da alfabetização

Outros

Data	Assinatura
____/____/____	

Depois de preenchida, esta ficha deverá ser remetida ao Neps, com uma cópia do currículo do investigador.

ficha de actualização bibliográfica

neps

Autor:

Título:

Publicado	Policopiado	Inédito
Artigo	Livro	Dissertação

Editor	Ano de edição
--------	---------------

Local de edição	N.º de páginas
-----------------	----------------

Revista	N.º/ano	Páginas /
---------	---------	-----------

Se se tratar de uma comunicação apresentada em encontro científico, indique a identificação completa do evento (título/temática/secção onde o trabalho foi apresentado; entidade organizadora; local e data de realização):

--

Resumo

Para que o possa divulgar, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade necessita de manter actualizada o seu ficheiro bibliográfico com as produções dos seus membros. Para tanto, agradecemos que esta ficha seja preenchida e remetida para o NEPS sempre que produza ou publique um novo trabalho, fazendo-a acompanhar, sempre que possível, por uma cópia do mesmo.

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00 / 18,95 €]

AMORIM, Maria Norberta, *Ribeiras do Pico. (Finais do séc. XVII a finais do séc. XX). Microanálise de evolução demográfica*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 800\$00/ 8,98 €]

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de **Anabela de Deus Godinho**), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 250\$00/ 6,23 €]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00/ 18,95 €]

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00/ 14,96 €]

GOMES, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00/ 14,96 €]

NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães, séculos XVI-XVIII*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 000\$00/ 14,96 €]

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[1 800\$00/ 8,98 €]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura - Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00/ 14,96 €]

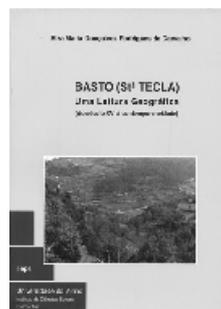
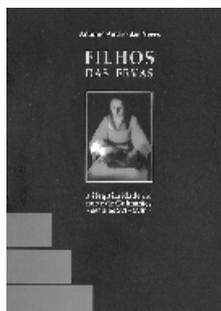
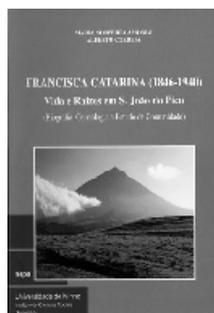
SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00/ 18,95 €]

SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 800\$00/ 18,95 €]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).



Boletim Informativo
nº 23 ■ Janeiro de 2002

PUBLICAÇÃO DO:
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Pólo de Azurém
Guimarães

DIRECTORA:
Maria Norberta Amorim
EDITOR:
António Amaro das Neves
COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:
Elisabete Pinto
COLABORADORES DESTE NÚMERO:
Inês Martins de Faria, Maria Norberta Amorim, Alberto Correia, Elisabete Pinto, António Amaro das Neves
SECRETARIADO:
Isabel Salgado, Daniel Freitas, Fátima Dias, Natália Silva, Sónia Fernandes, Vítor Oliveira

DEPÓSITO LEGAL
n.º 125306/98

♦ Núcleo de Estudos de População e Sociedade
Universidade do Minho,
Pólo de Azurém
4800-058 Guimarães

♦ Telefone/Fax:
253510187

♦ e-mail:
neps@eng.uminho.pt

♦ Mailling list:
• endereço:
neps_uminho@egroups.com
• subscrição:
neps-uminho-subscribe@egroups.com

♦ URL:
www.eng.uminho.pt/~neps

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.